

Comissão decide convocar Roriz

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Orçamento decide hoje as datas de convocação do governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz (PP), do deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) e de senadores, além do destino de uma pilha de pedidos de quebra de sigilo bancário. A CPI recebeu um parecer da Procuradoria Geral da República afirmando que a comissão tem poderes para convocar governadores sem ferir a autonomia dos estados.

De acordo com o presidente da comissão, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), havia dúvidas sobre a prerrogativa do Legislativo para investigar governadores de Estado no âmbito de uma CPI. "Com o parecer do Ministério Público não te-

mos mais o receio de provocar um conflito federativo". Passarinho explicou que, como os parlamentares, os governadores também têm o direito de escolher data e local para o depoimento. Ele admitiu a possibilidade de formar subcomissões especiais para ouvir os três governadores citados por Alves — Joaquim Roriz, Édison Lobão (PFL), do Maranhão, e João Alves (PFL), de Sergipe. O senador espera que os governadores não criem dificuldades para as investigações da CPI.

Com relação a Ibsen, o presidente da CPI afirmou que é praticamente certa a sua convocação na próxima semana. "Todos que foram citados serão convocados, ainda mais se há indícios de irregulari-

dades". Passarinho disse que havia uma preocupação em torno dos diferentes números divulgados sobre a movimentação bancária de Ibsen nos últimos cinco anos. Mas após o envio de auditores do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Banco Central ao Rio Grande do Sul, a Subcomissão de Bancos da CPI não tem mais dúvidas de que o parlamentar movimentou valores muito acima dos seus rendimentos como deputado.

Roriz poderá ser convocado para explicar o movimento de cerca de US\$ 2 milhões, entre janeiro e setembro de 1989, na sua conta do Unibanco. Roriz deverá explicar também a aplicação de verbas liberadas em favor de Brasília.